

CONSTITUINTE

pag 10

Cabral defende parlamentarismo

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

Se vigorasse no Brasil o sistema parlamentarista de governo, seria impossível imaginar o ministro da Fazenda enfrentando uma dura negociação no

plano externo e, ao mesmo tempo ser alvejado por ataques no plano interno, como os desfechados na semana passada contra o ministro Dilson Funaro pelos governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do

Sul. Dificuldades dessa natureza, segundo o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituição, deverão exercer forte influência sobre o texto da nova Carta.

Cabral considera até

legítima a manifestação dos governadores. "Mas foi indubitavelmente inoportuna", pondera. Os constituintes que têm a missão de traçar soluções duradouras para o País deverão inevitavelmente ser influenciados pelas mais recentes crises conjunturais e o episódio dos governadores, segundo ele, explicita as vantagens do parlamentarismo sobre o presidencialismo.

Ao ser eleito relator da poderosa Comissão de Sistematização, Cabral assumiu o compromisso de desprender-se de suas posições pessoais e de privilegiar as posições dominantes nas oito comissões temáticas. Porém, em razão da importância do cargo de relator, fortalecido pela eleição, suas posições pessoais deverão ter grande peso na redação final.

No Brasil, em sua opinião, o sistema ideal de governo é o Parlamentarismo, com eleições diretas para presidente da República. O parlamento elege o primeiro-ministro, que, a seu critério, compõe o gabinete, com exceção apenas dos ministros militares. A escolha dos ministros militares, segundo Cabral, deve ser exclusiva do presidente da República.

O relator da Comissão de Sistematização prepara um estudo minucioso sobre o papel das Forças Armadas, a partir especialmente dos trabalhos do jurista Seabra Fagundes sobre o assunto. Por enquanto, ele prefere não se posicionar sobre a limitação constitucional de atuação das Forças Armadas na defesa externa ou interna. Mas considera fundamental a busca de fórmulas que mantenham as Forças Armadas "a serviço da Nação, não do Estado e dos detentores do poder".

Pelo mesmo raciocínio, Cabral considera mais importante definir o sistema de governo do que a duração do mandato do presidente José Sarney.

Por entender que a Constituição é regida pela Emenda Constitucional nº 26, que a criou, Bernardo Cabral sustenta que o mandato do presidente Sarney deve ser de seis anos. Nada, porém, impediria que a posição dominante da Constituinte venha a prever prazo menor. Qualquer que seja a definição do prazo, porém ele acredita que o presidente Sarney, na hipótese de aprovação do sistema parlamentar, terá a missão de fazer a transição do presidencialismo para o parlamentarismo, a começar pela convocação de eleições para a Presidência da República e para o Parlamento.